



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08192862120188152001

**BRADESCO SEGUROS S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **PEDRO ANTONIO DO NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **09/04/2017**, restando permanentemente inválida.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Diante de tal argumento vem a ré, na presença de Vossa Excelência, esclarecer que o acidente em comento se deu na plena vigência da lei 11.945/2009 e seu principal objetivo era estabelecer percentual indenizatório para os casos de invalidez permanente.

Ocorre que, o caso apresentado na presente demanda, qual seja, cefaleia epistaxe e tontura, não se enquadram na tabela introduzida pela lei 11.945/2009.

**Sequela (epistaxe, cefaleia e tontura).**

IV. Segundo o previsto no inciso II, 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique, correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações.

Vítima em tratamento ☐

Sem sequela permanente ☐

Esta avaliação médica deve ser repetida em  dias. Clique aqui para digitar texto.

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica.

Exame não permite conclusão ☐

Vide motivo do impedimento no campo das observações.

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela)  
**Cabeça**

Região Corporal (Sequela)

10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐  
100% ☐

10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐  
100% ☐

Região Corporal (Sequela)

Região Corporal (Sequela)

**DESTA FORMA, HAJA VISTA A AUSÊNCIA DE COBERTURA DOS SINTOMAS INFORMADOS PELO I. EXPERT, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 18 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**